



Práticas profissionais em processos de reunificação familiar

Professional practices in family reunification processes

Soraia Ferreira, Ana Almeida
Universidade do Minho

Resumo

A reunificação familiar é hoje um objetivo final para um número crescente de crianças e jovens em processos de acolhimento. Porém, o trabalho com as famílias que medeia a entrada e o regresso das crianças e jovens ao contexto familiar permanece por analisar. A presente investigação teve por objetivo estudar os processos socioeducativos que promovem a reunificação familiar no contexto de acolhimento residencial em Portugal. Foi criado um questionário de resposta online, ao qual responderam 91 profissionais de instituições de acolhimento residencial dos distritos de Aveiro, Porto e Viseu. Os resultados do estudo indicam uma maior participação dos profissionais das casas de acolhimento durante o período de acolhimento da criança/jovem, bem como que a metodologia de intervenção grupal não é ainda privilegiada.

Palavras-chave Acolhimento Residencial, Reunificação Familiar, Intervenção Socioeducativa, Intervenção Familiar, Prática profissionais

Abstract

The purpose of this research was to study the socio-educational processes that promote family reunification in the context of residential care in Portugal. An online survey was created, to which 91 professionals from residential homes in the districts of Aveiro, Porto and Viseu answered. The results of the study show a greater participation of the professionals of the residential care units during the period the child spent in foster care, as well as they show that methodology of group intervention is not yet favored.

Keywords Residential care, Family reunification, Socio-educational intervention, Family intervention, Professional practice.

Ao abrigo da atual legislação portuguesa de promoção e proteção de crianças e jovens em perigo, que prevê dois tipos de medidas distintas – medidas em meio natural de vida e medidas de colocação – no âmbito das medidas de colocação, a que maior prevalência tem, é o acolhimento residencial. No ano de 2015, à data da realização do Relatório CASA, encontravam-se em acolhimento 8600 crianças e jovens (Instituto da Segurança Social I.P., 2015).

As diretivas europeias e os estudos na área da proteção à criança/jovem apelam ao desenvolvimento de um trabalho de proximidade com a família biológica, de promoção de competências parentais, com foco nas

capacidades mais dos que nas debilidades individuais e familiares (Balsells et al., 2013; Council of Europe, 2006; María José Rodrigo, 2015) e de adoção de modelos colaborativos (Rivera, Sousa, Grilo, & Rodrigues, 2013), com especial relevância para o desenvolvimento de um trabalho grupal de âmbito socioeducativo, no que concerne à promoção da reunificação familiar (Grupo de Investigación en Intervenciones Socioeducativas en la Infancia y la Juventud [GRISIJ], 2016). De modo semelhante, várias têm sido as investigações desenvolvidas sobre o trabalho a realizar aquando da aplicação de uma medida de acolhimento residencial (Alonso & Menéndez, 2014; Amorós et al., 2010; Balsells, 2007; Balsells et al., 2013; Balsells, Pastor, Mateos, Vaquero, & Urrea, 2015; Cossar, Brandon, & Jordan, 2014; Martín, Rodríguez, & Torbay, 2007; Martín, Torbay, & Rodríguez, 2008; Rodrigues, Barbosa-ducharne, & Valle, 2013; Sallés & Ger, 2011), apelando-se à relevância de uma intervenção planificada, que em Portugal é definida na legislação e nos Manuais da Qualidade do Instituto da Segurança Social, I.P. (Instituto da Segurança Social I.P., 2007).

Tomando em linha de conta o impacto que a medida de acolhimento supõe para crianças e famílias (Arteaga & Valle, 2003; Balsells et al., 2015; Bronfenbrenner, 2002; Campos, Ochaíta, & Espinosa, 2010; Lietz & Strength, 2011; Midgley & Pretorius, 2014; Miljkovitch, 2004; Montserrat, 2014; Stapley, 2014; Strecht, 2012; Valle & Zurita, 2007) importa considerar os processos críticos que contribuem para o sucesso da reunificação. Considerando o trabalho desenvolvido por Balsells e colaboradores (2015) salienta-se a importância de desenhar quatro fases no âmbito processo de acolhimento residencial com vista à reunificação: Comunicação e aceitação da medida (Fase 1); Visitas e contactos (Fase 2); Preparação da Reunificação (Fase 3) e Reunificação Familiar (Fase 4).

A primeira fase - Comunicação e aceitação da medida – é identificada, na literatura, como um momento crítico e doloroso para a família e para a criança/jovem (Lietz & Strength, 2011). Pode ser sentido como humilhante e, consequentemente, ter implicações nas relações familiares e na autoestima (Valle & Zurita, 2007). Crianças/jovens reportam a entrada no sistema de promoção e proteção como um

momento traumatizante em que lhes é prestada pouca informação (GRISIJ, 2016; Montserrat, 2014). Nesta fase, não raras vezes, a família atribui a retirada a fatores ambientais e pontua os défices e carências (Balsells et al., 2014). Para trabalhar estas questões, de forma a promover um processo de consciencialização e reflexão dos motivos da retirada (Lietz & Strength, 2011), importa o estabelecimento de relações de confiança de base hierárquica horizontal (Department of Health, 2001; Rivera et al., 2013), recolher o consentimento da família e da criança/jovem para o acolhimento, bem como realizar um registo que valide a necessidade desse tipo de intervenção (Alonso & Menéndez, 2014; Valle & Zurita, 2007). Importa também a planificação da intervenção e identificação das responsabilidades de cada uma das partes integrantes no processo, incluindo a família (Valle & Zurita, 2007). O envolvimento da família poderá facilitar o sucesso da intervenção (Amorós et al., 2010). Uma estratégia defendida pelo GRISIJ (2016) é a realização de reuniões individuais ou a possibilidade de se constituírem grupos de pais/famílias onde poderão ser trabalhadas diferentes temáticas inerentes ao acolhimento e à definição da intervenção subsequente.

Na segunda fase – Visitas e contactos – a literatura indica a importância de serem facilitados os contactos entre a criança/jovem e a sua família passado pouco tempo após o acolhimento (Valle & Rodríguez, 2008; Valle & Zurita, 2007). Trigo e Alberto (2010) fazem referência a diferentes estudos que comprovam que a manutenção das relações familiares contribui para o estabelecimento de vínculos no interior das casas de acolhimento e reforço das competências sociais e educacionais por parte das crianças/jovens. Esta fase é indicada, por diferentes autores, como um momento de capacitação das famílias durante o qual se podem promover as competências parentais (Hawkins, Catalano & Miller, 1992 citados por Rodrigo, Casimiro, Quintana, & Chaves, 2009; Valle & Rodríguez, 2008; Valle & Zurita, 2007), designadamente a partir da comunicação entre os profissionais e a família baseada no respeito e honestidade (Balsells et al., 2014) e de um trabalho socioeducativo que evidencie o papel ativo das famílias (Balsells et al., 2013) e o sentimento de corresponsabilização de todas as partes na intervenção (Sotero & Relvas, 2012).

A terceira fase do processo é identificada como a Preparação da reunificação. Nesta fase é importante a definição de um plano de ação que compreenda a promoção da reunificação (Alonso & Menéndez, 2014; Amorós et al., 2010; Balsells, 2007; Bravo & Valle, 2009; Rodrigues et al., 2013; Valle & Rodríguez, 2008; Vázquez, 2009). Neste plano consideram-se ações que tenham em vista a participação gradualmente mais ativa da família (Vázquez, 2009) nas rotinas e assuntos importantes da vida da criança/jovem (Alvarez, Carvalho, & Baptista, 2014; Balsells et al., 2014; Bravo & Valle, 2009; Valle & Rodríguez, 2008; Valle & Zurita, 2007), bem como o número e duração das visitas, em contexto de acolhimento e domiciliário (Balsells et al., 2013). Estas ações deverão agilizar elementos potenciadores de responsabilização, dos

vínculos familiares e da reflexão sobre as mudanças produzidas, bem como do fortalecimento do trabalho socioeducativo desenvolvido (Balsells, 2007; Balsells et al., 2013), que poderá assumir um carácter individual ou grupal. Esta última metodologia de trabalho com as famílias tem vindo a ser defendido por vários autores, (Balsells, 2007; Bravo & Valle, 2009; Máiquez, Rodrigo, & Byrne, 2015; Valle & Zurita, 2007), como um recurso de apoio de outras famílias que passaram por situações semelhantes e que tem a vantagem de potenciar a capacitação de apoiantes e apoiadas (Balsells et al., 2013, 2015; Lietz & Strength, 2011). Nesta fase importa, igualmente, estimular o desenvolvimento e reforço das relações comunitárias da família, com vista à constituição e/ou fortalecimento das redes de apoio social e dos sentimentos de pertença (Alonso & Menéndez, 2014; Rodrigo, Máiquez, Martín, & Rodríguez, 2015; Almeida & Fernandes, 2010).

A quarta fase, identificada neste trabalho como a última fase do processo, compreende a Reunificação Familiar. A inclusão desta etapa reconhece aqui a importância da continuidade de uma ação planificada, sistemática e objetiva (Martín, Almeida, Cabrera, Miranda, & Rodrigo, 2015; Grupo de Coordenação do Plano de Auditoria Social & CID - Crianças, Idosos e Deficientes - Cidadania, 2006; Montserrat, 2014; Rodrigo et al., 2015; Valle & Zurita, 2007), que apoie a família e previna a reentrada da criança/jovem no acolhimento (Alonso & Menéndez, 2014; Alvarez et al., 2014; Balsells et al., 2015; Sousa, Hespanha, Rodrigues, & Grilo, 2007). Neste plano inscrevem-se ações que permitam trabalhar os aspetos positivos e negativos da reunificação (Balsells et al., 2013), atendendo aos sentimentos ambivalentes que poderão surgir (Valle & Zurita, 2007), incorporando, mediando e gerindo o apoio das redes formais e informais (Alarcão, 2000; Balsells et al., 2015; Grilo, 2013), criando espaços de diálogo, partilha e reflexão, fomentando reuniões de trabalho (Alonso & Menéndez, 2014; Balsells et al., 2015; Valle & Zurita, 2007) ou a formação de grupos de pais que se encontrem em processo de reunificação (Balsells et al., 2015). Montserrat (2014) enfatiza a perspectiva dos jovens, que indicam considerar importante, para si e para o processo, a continuidade do acompanhamento dos profissionais das casas de acolhimento após a sua saída desse espaço.

Método

Participantes

O presente estudo foi dirigido aos profissionais das equipas técnicas das casas de acolhimento residencial dos Distritos de Aveiro, Porto e Viseu. A opção por um método de amostragem em ‘bola de neve’ mostrou-se consentânea à distribuição do inquirido num contexto profissional geograficamente diverso onde se pretendia obter o maior número de respostas possível. No final do estudo, foram obtidas 91 respostas, das quais 77 foram do sexo feminino e 14 do sexo masculino, correspondendo, respetivamente a 84,6% e 15,4% da amostra inquirida. A constituição da amostra espelha a dimensão numérica das Casas por distrito: 67% no

Distrito do Porto, 22% do Distrito de Aveiro e 11% do Distrito de Viseu, distribuídos por equipamentos de diferentes grupos etários: 38,5% em casas de adolescentes dos 12 aos 18 anos, 19,8% em casas de crianças dos 0 aos 12 anos, 17,6% em casas de crianças/jovens dos 6 aos 18 anos, 15,4% integraram casas com crianças/jovens dos 0 aos 18 anos, 6,6% em casas com crianças dos 0 aos 6 anos e, por último, 2,2% em casas de crianças dos 6 aos 12 anos. No que se refere aos anos de serviço, 52,7% indicaram trabalhar na área há 9 ou mais anos e 47,3% dos participantes indicaram trabalhar em acolhimento residencial num período compreendido entre 0 e 8 anos. Relativamente à formação, 41,8% dos elementos da amostra têm formação superior em Serviço Social, 34,1% em Psicologia, 22% na área da Educação/Pedagogia e 2,2% em outras áreas. Dos motivos que conduziram ao acolhimento, 68 profissionais mencionam como predominantes os problemas de comportamento e 81 a ausência de capacidades parentais.

Materiais e procedimentos

Para a concretização do estudo foi construído um inquérito composto por três partes - 1) Caracterização sociodemográfica; 2) Levantamento das práticas dos profissionais de acolhimento residencial no processo de reunificação; 3) Observações descritivas dos profissionais. A segunda parte do inquérito é composta por uma escala tipo Likert de quatro pontos. Através desta escala pretendeu-se efetuar o levantamento das práticas dos profissionais em cada uma das fases inerentes ao processo de reunificação familiar, tendo em consideração a frequência das práticas. Nesta sequência foi subdividida em quatro subescalas (1) Comunicação e aceitação da medida (9 itens, eg. “Incentiva-se que a família conheça o espaço e as rotinas da casa de acolhimento (CA) para diminuir dúvidas e medos relativos ao acolhimento da criança”); (2) Visitas e contactos (8 itens, eg. “Promove-se as visitas da família à criança desde a primeira semana de acolhimento para ajudar a manter a relação familiar”); (3) Preparação da reunificação (8 itens, eg. “Encoraja-se a família a falar do que vão fazer juntos quando a criança regressar a casa”); (4) Reunificação (8 itens, eg. “Incentiva-se a família a avaliar as suas experiências familiares a antecipar o resultado dos seus comportamentos parentais na altura e após a reunificação”), que estabelecem uma estreita ligação às quatro fases do processo de reunificação.

Antes da aplicação do instrumento o mesmo foi submetido a análise qualitativa através de uma reflexão falada e de uma consulta a especialistas da área científica (Almeida & Freire, 2008).

O inquérito foi disponibilizado à população-alvo, na sequência da divulgação junto dos Centros Distritais da Segurança Social, através de uma plataforma online – *Google forms*.

Ética

Em cumprimento dos princípios éticos, foram previamente solicitados os pareceres e autorizações para a realização do estudo à Subcomissão de Ética para as

Ciências Sociais da Universidade do Minho, ao Instituto da Segurança Social, I.P., às Direções dos três Centros Distritais e Direções das Casas de Acolhimento que participaram no estudo. Aos participantes foram dadas informações sobre os objetivos e os meios a utilizar na salvaguarda do seu anonimato e confidencialidade das respostas.

Análise de dados

Para o tratamento e análise de dados foi utilizado o *Statistical Package for the Social Sciences* (IBM-SPSS), versão 22. Para tratamento dos dados sociodemográficos recorreu-se à estatística descritiva, com utilização de medidas ajustadas à análise de variáveis nominais e ordinais e recorreu-se a testes não paramétricos, opção tomada por não se verificarem os pressupostos para a utilização de estatísticas paramétricas (i.e., distribuição normal das variáveis).

Resultados

Quando analisada cada uma das fases do processo de reunificação familiar, identificadas no instrumento de recolha de dados e na presente investigação, verifica-se que, na primeira fase, a que corresponde à Comunicação e Aceitação da Medida, os itens que reúnem valores de mediana mais baixos (*Mediana* = 1; *IQQ* = 2) são aqueles que estão relacionados com os contactos dos profissionais com a criança/jovem e família anteriores à entrada na Casa de acolhimento. Os itens que obtêm medianas mais elevadas e baixos intervalos interquartílicos (*Mediana* = 4; *IQQ* = 1) referem-se ao contacto dos profissionais com a família após o acolhimento da criança/jovem e à aproximação e conhecimento pela família do contexto/casa de acolhimento. Analisados os itens correspondentes à segunda fase do processo – Visitas e contactos – verifica-se que todos os itens reúnem valores de mediana elevados (entre 3 e 4 – as pontuações máximas) com intervalos interquartílicos que não excedem o valor de 1. A pouca diferenciação das respostas atinge valores extremos no item 8 (ie., permissão dos contactos da família com criança/jovem fora do período de visitas agendadas) (*Mediana* = 4; *IQQ* = 0), tendência que é seguida de perto nos itens que se reportam à construção de um plano de visitas ajustado e à permissão de visitas desde o início do acolhimento (*Mediana* = 4 e *IQQ* = 1). Na terceira fase do processo – Preparação da reunificação – o item que apresenta valores mais baixos corresponde à realização de atividades para grupos de pais (*Mediana* = 2; *IQQ* = 2). Os itens com valores mais altos (*Mediana* = 4; *IQQ* = 1) estão relacionados com a promoção de diálogos com a família sobre as atividades a realizar com a criança/jovem após a reunificação e com o apoio dado à família e à criança/jovem com vista ao reconhecimento e agilização da sua rede social de apoio. Na última fase considerada no processo – Reunificação familiar – verifica-se uma maior distância entre os intervalos interquartílicos nos itens que compõem esta subescala, à exceção do item 1 (ie., “Promove-se o diálogo de pais e filhos sobre os acontecimentos familiares, na altura e após a reunificação, em reuniões periódicas com os

profissionais de acolhimento”) que apresenta valores mais baixos (*Mediana* = 2; *IQQ* = 1), para os restantes verifica-se a igualdade das respetivas medianas (*Mediana* = 3).

Analisando os valores desta medida central por fases (Tabela 1), verifica-se que são a primeira (Comunicação e aceitação da medida) e a segunda fase (Visitas e contactos) que reúnem as medianas superiores.

Tabela 1
Mediana, Mínimo, Máximo, IQQ dos totais das subescalas/fases do processo de reunificação familiar

	Mdn (50%)	Mín. Máx.	Intervalos Interquartílicos (P75-P25)
Comunicação da Medida	26	10-36	(30 - 24) 6
Visitas e contactos	28	8-32	(31 - 25) 6
Preparação da reunificação	25	8-32	(28 - 21) 7
Reunificação	23	8-32	(27 - 16) 11

Quando correlacionadas as quatro fases do processo de reunificação entre si, com recurso ao Teste de Correlação de Spearman, verifica-se a sua intercorrelação, com uma probabilidade associada de $p \leq .001$. Mais se verifica que cada uma das fases apresenta valores de correlação mais elevados com a fase que lhe sucede, sendo, no entanto, a correlação entre a fase de Visitas e contactos e a fase de Preparação da reunificação aquela que apresenta um valor mais elevado ($r_s = .710$), e a correlação entre a fase de Visitas e contactos e fase de Reunificação que apresenta um valor mais baixo ($r_s = .481$) (Tabela 2).

Tabela 2
Coeficiente de Correlação de Spearman entre os totais das quatro fases do processo de reunificação

	1	2	3	4
Total Comunicação medida		,616**	,501**	,502**
Total Visitas e contactos			,710**	,481**
Total Preparação da reunificação				,626**
Total Reunificação				

** A correlação é significativa no nível 0.01

No âmbito da investigação foram analisadas diferentes variáveis - área profissional, intervalos de idades das crianças/jovens acolhidos, anos de experiência dos profissionais e características sociopsicológicas das crianças/jovens em acolhimento - com vista a averiguar a existência ou não de diferenças nas práticas profissionais de acordo com estas variáveis. Nas duas primeiras variáveis assinaladas recorreu-se ao teste de diferenças de Kruskal-Wallis e nas duas últimas ao teste de diferenças de Mann-Whitney. Nestas análises foi possível observar diferenças significativas nas práticas profissionais associadas à idade das crianças/jovens em acolhimento, quer para a totalidade

dos processos, quer separadamente na subescala quatro, correspondente ao processo de Reunificação. Porém, quando se procurou contrastar entre que categorias de idades existiam diferenças, através do teste de diferenças de Mann-Whitney, com a correção de Bonferroni, os resultados obtidos não cumpriram os critérios estatísticos e não foi possível verificar diferenças significativas nas práticas profissionais nessas comparações.

Discussão

Refletidos os resultados anteriormente apresentados é perceptível que a intervenção dos profissionais das casas de acolhimento residencial se centra, sobretudo, nas fases do processo em que a criança/jovem se encontra na casa de acolhimento, embora existam já indicadores de envolvimento de alguns profissionais nas fases que precedem ou sucedem o acolhimento. Este resultado poderá indicar uma aproximação progressiva das orientações legislativas portuguesas atuais, que dão enfoque à pertinência de uma integração planeada da criança/jovem nas casas de acolhimento, considerando o papel relevante da família num processo de que é parte integrante e como parte integrante deve ser parte ouvida e envolvida (Martins, 2005). Ressalvam-se assim, neste processo, que ainda não caminha ao mesmo nível em todas as suas fases, fatores protetores e fatores de risco à intervenção. Se, por um lado, numa primeira fase – Comunicação e aceitação da medida - se verifica a aproximação dos profissionais à família da criança/jovem após o momento do acolhimento, com vista a promover uma relação de confiança, a facilitar a integração da criança/jovem na casa, e a incentivar a conhecer as rotinas da criança/jovem na casa, por outro lado, o papel atribuído às famílias no desenho do Plano Socioeducativo Individualizado (PSEI) ainda não é uma prática comum, esquecendo-se, desta forma, processos cruciais à melhoria da cooperação da família e à autonomia e adaptação da criança/jovem à casa (Martín et al., 2008).

Na segunda fase do processo – Visitas e contactos -, aquela que apresenta pontuações mais elevadas nos resultados desta investigação, é claro o envolvimento e a promoção de um trabalho que se poderá entender socioeducativo com as famílias, corroborando a importância atribuída por alguns autores às visitas como momento privilegiado de intervenção (GRISIJ, 2016; Valle & Rodríguez, 2008; Valle & Zurita, 2007), com destaque para as visitas e contactos (Martín et al., 2008) e a facilitação destes no menor espaço de tempo após o acolhimento (Valle & Zurita, 2007), face à importância das relações e vínculos familiares (Alarcão, 2000; Arteaga & Valle, 2003; Dias, 2014; Guedney & Guedney, 2004; Midgley & Pretorius, 2014; Miljkovitch, 2004; Montserrat, 2014; Strecht, 2012; Teixeira, 2011).

Na terceira fase – Preparação da reunificação –, relativamente à qual diferentes autores defendem o reforço do papel da família nas rotinas da criança/jovem (Valle & Zurita, 2007; Vázquez, 2009), privilegiam-se metodologias de trabalho individual, não sendo prática

comum o desenvolvimento de grupos de pais. As metodologias que promovem a capacitação e a resiliência das famílias, nomeadamente das que vivenciaram situações semelhantes e podem, por isso, apoiar outras na fase de reunificação (Lietz & Strength, 2011), não se observam. Não deixa, no entanto, de ser importante apontar este vazio metodológico, tanto mais que, de acordo com a literatura, estas práticas se constituem em estratégias e recursos socioeducativos ao empoderamento, capacitação e promoção da autoestima das famílias (GRISIJ, 2016; Lietz & Strength, 2011). Estas estratégias são ainda tidas como facilitadoras do reforço das redes de suporte social familiar e, inclusive, uma forma de superar falhas ou até a ausência de apoio prestado pelos profissionais e pela rede natural (Balsells et al., 2014).

A quarta fase do processo – Reunificação familiar – é aquela que reúne valores mais díspares. Esta disparidade não encobre a menor intervenção dos profissionais das casas de acolhimento nesta fase. Estes factos poderão estar relacionados com a intervenção de profissionais de outras entidades que neste momento do processo assumem a responsabilidade legal do acompanhamento das famílias (CPCJ ou Serviços de Assessoria Técnica aos Tribunais, dos Centros Distritais da Segurança Social). Contudo, como nos assinala Montserrat (2014), a continuidade do acompanhamento pós-saída do acolhimento é um fator de prevenção de reentrada no mesmo, valorizada em particular pelos jovens.

No cômputo da presente investigação, ressalva-se, por um lado, as suas limitações relacionadas com o facto de a amostra não ser probabilística, o estudo ser de carácter transversal e por isso não se poder inferir relações temporais entre as variáveis, bem com a impossibilidade de utilização de testes paramétricos. Por outro lado, importa focar possíveis linhas de investigação futuras, tais como, o estudo do impacto da implementação de grupos de trabalho de pais no âmbito do acolhimento residencial, respondendo às orientações científicas que têm sugerido a sua relevância (Balsells, 2007; Rodrigo et al., 2009; Sallés & Ger, 2011), bem como o levantamento das perceções de profissionais, pais e crianças acerca do processo de reunificação.

A importância do envolvimento dos profissionais das casas de acolhimento assume um papel relevante ao longo das fases da reunificação familiar, considerando a relação de proximidade e confiança que poderão estabelecer com as famílias e os jovens em situação de acolhimento e que, conseqüentemente, se poderá traduzir no maior sucesso da intervenção. Na linha das orientações legais e científicas atuais, nesta relação reside ainda a possibilidade de serem construídas e desenvolvidas metodologias que conferem sustentabilidade à mudança das práticas de apoio à família no sistema de proteção.

Referências

Alarcão, M. (2000). (des) Equilíbrios Familiares. Coimbra: Quarteto Editora.
Almeida, A. M., & Fernandes, N. (2010). Intervenção com crianças, jovens e famílias: pensar as práticas

centradas em direitos. In *Intervenção com Crianças, Jovens e Famílias - Estudos e práticas* (pp. 13 – 43). Coimbra: Edições Almedina.
Almeida, L., & Freire, T. (2008). *Metodologia da investigação em psicologia e educação*. Braga: Psiquilibrios Edições.
Alonso, J. D., & Menéndez, R. M. (2014). El acogimiento de menores en el actual sistema de protección a la infancia: La importancia del contexto. *Revista Internacional de Trabajo Social E Bienestar*, (3), 149–155.
Alvarez, F., Carvalho, I., & Baptista, M. (2014). Adolescentes em contexto institucional. In *Acolhimento de crianças e jovens em perigo* (pp. 49–71). Lisboa: Climepsi Editores.
Amorós, P., Balsells, M. À., Fuentes-Peláez, N., Molina, M. C., Mateos, A., & Pastor, C. (2010). La atención integral a las familias en situación de vulnerabilidad. *Rivista Italiana Di Educazione Familiare*, 2, 37–44.
Arteaga, A. B., & Valle, J. F. del. (2003). Las redes de apoyo social de los adolescentes acogidos en residencias de protección. Un análisis comparativo con población normativa. *Psicothema*, 15(1), 136–142.
Balsells, M. À. (2007). Orientaciones para promover acciones socioeducativas con familias en situación de riesgo social. *Guía Para La Gestión de Centros Educativos*, 1–12.
Balsells, M. À., Pastor, C., Amorós, P., Mateos, A., Ponce, C., & Navajas, A. (2014). Child Welfare and Successful Reunification through the Socio-Educative Process: Training Needs among Biological Families in Spain. *Social Sciences*, 3(c), 809–826. doi:10.3390/socsci3040809
Balsells, M. À., Pastor, C., Mateos, A., Vaquero, E., & Urrea, A. (2015). Exploring the needs of parents for achieving reunification: The views of foster children, birth family and social workers in Spain. *Children and Youth Services Review*, 48, 159–166. doi:10.1016/j.childyouth.2014.12.016
Balsells, M. À., Pastor, C., Molina, M. C., Fuentes-Peláez, N., Vaquero, E., & Mundet, A. (2013). Child welfare and successful reunification: Understanding of the family difficulties during the socio-educative process. *Revista de Cercetare Si Interventie Sociala*, 42, 228–247.
Bravo, A., & Valle, J. F. del. (2009). Intervención socioeducativa en acogimiento residencial. *Colección documentos técnicos 02*. Santander: Dirección General de Políticas Sociales.
Bronfenbrenner, U. (2002). *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados (II)*. Porto Alegre: Artmed.
Campos, G., Ochaíta, E., & Espinosa, M. À. (2010). El acogimiento residencial como contexto de desarrollo desde la perspectiva de sus profesionales. *Educación E Diversidad*, 5(1), 59–71.
Cossar, J., Brandon, M., & Jordan, P. (2014). “You’ve got to trust her and she’s got to trust you”: Children’s views on participation in the child protection system.

- Child and Family Social Work, 21(1), 103–112. doi:10.1111/cfs.12115
- Council of Europe. Rec(2006)19 (2006).
- Department of Health. (2001). Framework for the Assessment of Children in Need and their Families. Consultado em setembro 24, 2016, em [http://webarchive.nationalarchives.gov.uk/20130401151715/https://www.education.gov.uk/publications/eOrderingDownload/Framework for the assessment of children in need and their families.pdf](http://webarchive.nationalarchives.gov.uk/20130401151715/https://www.education.gov.uk/publications/eOrderingDownload/Framework%20for%20the%20assessment%20of%20children%20in%20need%20and%20their%20families.pdf)
- Dias, S. (2014). Rede Social Pessoal de jovens acolhidos em lares de infância e juventude. Instituto Superior Miguel Torga.
- Grilo, P. (2013). A complexidade na intervenção com famílias vulneráveis. In Manual - Práticas colaborativas e positivas na intervenção social (pp. 6 – 15). Leiria: EAPN Portugal/ Núcleo Distrital de Leiria.
- Grupo de Coordenação do Plano de Auditoria Social & CID - Crianças, Idosos e Deficientes - Cidadania, I. e D. (2006). Manual de Boas Práticas - Um guia para o acolhimento residencial das crianças e jovens, para dirigentes, profissionais, crianças, jovens e familiares. Lisboa: Instituto da Segurança Social, I.P.
- Grupo de Investigación en Intervenciones Socioeducativas en la Infancia y la Juventud [GRISIJ]. (2016). Caminar en Familia - Programa de competencias parentales durante el acogimiento y la reunificación familiar. Madrid: Ministerio de Sanidad, Servicios Sociales e Igualdad.
- Guedney, N. G. &. (2004). Vinculação - conceitos e aplicações. Lisboa: Climepsi Editores.
- Instituto da Segurança Social I.P. (2007). Manual de Processos-chave - Centro de Acolhimento Temporário. Consultado em setembro 13, 2016, em http://www.seg-social.pt/documents/10152/13631/gqr_s_cat_processos-Chave/2bf9df18-9bbc-4adb-b972-73f50986098c
- Instituto da Segurança Social I.P. (2015). Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens. Lisboa.
- Lietz, C. A., & Strength, M. (2011). Stories of Successful Reunification: A Narrative Study of Family Resilience in Child Welfare. *Families in Society*, 92(2), 203–210. doi:10.1606/1044-3894.4102
- Máiquez, M. L., Rodrigo, M. J., & Byrne, S. (2015). El proceso de apoyo en la promoción de la parentalidad positiva. In Manual práctico de parentalidad positiva (pp. 67–87). Madrid: Editorial Síntesis.
- Martín, E., Rodríguez, T., & Torbay, Á. (2007). Evaluación diferencial de los programas de acogimiento residencial para menores, 19, 406–412.
- Martín, E., Torbay, Á., & Rodríguez, T. (2008). Cooperación familiar y vinculación del menor con la familia en los programas de acogimiento residencial. *Anales de Psicología*, 24(1), 25–32.
- Martín, J. C., Almeida, A. M., Cabrera, E., Miranda, C., & Rodrigo, M. J. (2015). La evolución de riesgo y fortalezas en parentalidad positiva. In Manual práctico de parentalidad positiva (pp. 45–65). Madrid: Editorial Síntesis.
- Martins, P. C. (2005). A qualidade dos serviços de protecção às crianças e jovens - As respostas institucionais. In VI Encontro Cidade Solidária: Crianças em risco: será possível converter o risco em oportunidade? (pp. 1–11). Lisboa: SCML.
- Midgley, N., & Pretorius, I. (2014). As creches de guerra Hampstead (1941-1945) - Uma perspetiva psicanalítica sobre acolhimento residencial para crianças e jovens. In Acolhimento de crianças e jovens em perigo (pp. 1–18). Lisboa: Climepsi Editores.
- Miljkovitch, R. (2004). A vinculação ao nível das representações. In Vinculação. Conceitos e aplicações (pp. 45–53). Lisboa: Climepsi Editores.
- Montserrat, C. (2014). The Child Protection System from the Perspective of Young People: Messages from 3 Studies. *Social Sciences*, 3(4), 687–704. doi:10.3390/socsci3040687
- Rivera, C., Sousa, L., Grilo, P., & Rodrigues, S. (2013). Manual - Práticas colaborativas e positivas na intervenção social. Leiria: EAPN Portugal/ Núcleo Distrital de Leiria. doi:10.1017/CBO9781107415324.004
- Rodrigo, M. J. (2015). Manual práctico de parentalidad positiva. Madrid: Editorial Síntesis.
- Rodrigo, M. J., Casimiro, E. C., Quintana, J. C. M., & Chaves, M. L. M. (2009). Las Competencias Parentales en contextos de riesgo psicosocial. *Intervención Psicosocial*, 18(2), 113–120.
- Rodrigo, M. J., Máiquez, M. L., Martín, J. C., & Rodríguez, B. (2015). La parentalidade positiva desde la prevención y la promoción. In Manual práctico de parentalidad positiva (pp. 25–44). Madrid: Editorial Síntesis.
- Rodrigues, S., Barbosa-ducharne, M., & Valle, J. F. del. (2013). La calidad del acogimiento residencial en Portugal y el ejemplo de la evolución española. *Papeles Del Psicólogo*, 34(1), 11–22.
- Sallés, C., & Ger, S. (2011). Las competencias parentales en la familia contemporánea: descripción, promoción y evaluación. *Educación Social*, 49, 25 – 47.
- Sotero, L., & Relvas, P. (2012). A Intervenção com clientes involutários: complexidade e dilemas, 24(1), 187–196.
- Sousa, L., Hespanha, P., Rodrigues, S., & Grilo, P. (2007). Famílias Pobres: Desafios à intervenção. Lisboa: Climepsi Editores.
- Stapley, L. (2014). Conhecer a criança e desenvolver uma relação. In Acolhimento de crianças e jovens em perigo (pp. 73 – 90). Lisboa: Climepsi Editores.
- Strecht, P. (2012). Crescer Vazio - Repercussões psíquicas do abandono e maus tratos em crianças e adolescentes (5.a ed.). Lisboa: Assírio e Alvim.
- Teixeira, V. R. L. (2011). As Redes Sociais Pessoais de crianças e jovens em acolhimento residencial - o papel das irmãs. Universidade do Minho.
- Trigo, L. R., & Alberto, I. (2010). As múltiplas faces da institucionalização de crianças e jovens: risco e/ou oportunidade? In Intervenção com Crianças, Jovens e Famílias - Estudos e práticas (pp. 125 – 143). Coimbra: Edições Almedina.

- Valle, J. F. del, & Rodríguez, J. Á. (2008). Manual de cantabria. Cantabria: Dirección General de Políticas Sociales.
- Valle, J. F. del, & Zurita, J. F. (2007). El acogimiento residencial en la protección a la infancia (3rd ed.). Madrid: Ediciones Pirámide.
- Vázquez, C. B. (2009). Manual de actuación en las intervenciones orientadas a la capacitación parental. Asturias: Consejería de Bienestar y Vivienda. doi:10.1017/CBO9781107415324.004